Segundo Termo de Aditamento de Convênio
Convênio do Programa de Ação Educacional Estado/Município/Educação Infantil.
Fundamento Legal: Lei Federal 8.666/93, Lei Estadual 6.544 e Decretos 57.367/2011 e 58.117/2012.
Parecer Referencial CJ/SE 14/2018.
Processo 5848/0000/2013.
Convenientes: Secretária da Educação do Estado de São Paulo; Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a Prefeitura Municipal de Matão.
Objeto: Prorrogação da vigência do ajuste objetivando a construção de Creche no Parque das Laranjeiras.
Data da assinatura: 03-12-2018.
Prazo de vigência do convênio: Prorrogado por 12 meses, com início em 26-06-2018 e o término em 25-06-2019.

Saúde

GABINETE DO SECRETÁRIO

Despacho do Secretário, de 3-1-2019
Processo 001/0250/000.231/2018 (Vols. I a IV) – SPDOC 2099917/18

Interessado: Hospital Regional de Assis
Assunto: Imposição de penalidade – impedimento de licitar e contratar – empresa Majela Medicamentos Ltda.

Os elementos carreados aos autos dos Processos nºs 001/0250/000.231/2018 e 001/0250/000.210/2018 contribuíram para que a Administração firmasse a convicção de que a empresa Majela Medicamentos Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob número 09.613.374/0001-57, havia descumprido obrigação decorrente dos contratos representados pelas Notas de Empenho nºs 2018NE00598 e 2018NE00454, referentes à aquisição, pelo Hospital Regional de Assis, de comprimidos de Olanzapina, objeto do Edital da licitação promovida pela Coordenadoria de Assistência Farmacêutica – CAF, desta Secretária da Saúde, na modalidade Pregão, tipo Eletrônico, para aquisição de medicamentos sob o Sistema de Registro de Preços, do qual foi extraída a Ata de Registro de Preços 074/2017.

Em decorrência, foram instaurados os correspondentes procedimentos punitivos, com fulcro no disposto no art. 7º da Lei federal 10.520/2002, observado o disposto no Decreto estadual 61.751, de 23-12-2015, que instituiu, no âmbito do Estado de São Paulo, o Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas, denominado e-Sanções, visando apurar a conduta da empresa e, na hipótese de formação de convicção no sentido de ter havido descumprimento do disposto em Edital e na Ata de Registro de Preços, imputar à empresa a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública estadual, pelo prazo de até 05, (cinco), anos, consoante prescrito na mencionada legislação.

Os procedimentos abrangiam, portanto, dois contratos, representados por distintas Notas de Empenho, mas tudo levava a crer, pelos fatos que os permeavam, que teriam o mesmo desfecho.

Em grau de recurso administrativo formulado pela empresa, frente à penalidade que lhe foi imputada, restaram evidenciados fatores que, neste momento, indicam a necessidade de tratamento diferenciado para cada situação.

Nesse contexto, em relação à Nota de Empenho 2018NE00598, concernente à aquisição de Olanzapina 10 mg, matéria versada nestes autos do Processo 001/0250/000.231/2018, a decisão de mérito do recurso formulado pela empresa, encartado sob fls. 804/840, difere daquela havida quando da análise de sua defesa prévia, ou seja, as alegações ali declinadas têm, sim, o condão de afastar a imposição da sanção cabível à hipótese.

Em decorrência, à vista dos elementos que instruem os autos deste processo, conheço do recurso administrativo, por atender aos requisitos para sua admissibilidade; no mérito, dou-lhe provimento, pelos seus próprios fundamentos, com lastro nos termos da Informação GGDM/CAF 7.241/2018, de fls. 857/858, corroborada pelos termos do Despacho CAF 2.145/2018, de fl. 859, tornando insubsistente o ato de aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração pública estadual, pelo prazo de 30 (trinta) dias, à referida empresa, formalizado nos termos do Despacho GS 10.760/2018, de fls. 786/791, publicado no D.O. de 27-11-2018, referente ao contrato representado pela Nota de Empenho 2018NE00598.

À Coordenadoria Geral de Administração para, em colaboração, providenciar publicação e registro no Sistema e-Sanções.

Despacho do Secretário, de 3-1-2019
Processo nº: 001/0250/000.210/2018 – SPDOC – 2099523/18

Interessado: Hospital Regional de Assis
Assunto: Imposição de penalidade – impedimento de licitar e contratar – empresa Majela Medicamentos Ltda.

Versam os autos deste processo sobre procedimento punitivo em face da empresa Majela Medicamentos Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob número 09.613.374/0001-57, por descumprimento de obrigação decorrente do contrato representado pela Nota de Empenho 2018NE00454, referente à aquisição, pelo Hospital Regional de Assis, de comprimidos de Olanzapina, objeto do Edital da licitação promovida pela Coordenadoria de Assistência Farmacêutica – CAF, desta Secretária da Saúde, na modalidade Pregão, tipo Eletrônico, para aquisição de medicamentos sob o Sistema de Registro de Preços, do qual foi extraída a Ata de Registro de Preços 074/2017.

Notificada do teor da decisão da Administração em aplicar-lhe a penalidade, a empresa ingressou com prévia defesa.

A defesa prévia apresentada foi conhecida, haja vista estar revestida dos requisitos essenciais para sua admissibilidade. No mérito, porém, não mereceu provimento, com lastro no teor das razões de fato e de direito declinadas nos termos da manifestação da condutora designada para o procedimento punitivo, cujos termos, devidamente endossados pelo respectivo Coordenador, desabonavam seu acolhimento. Em decorrência, houve a imposição da penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração pública estadual, pelo prazo de 30 (trinta) dias. Cientificada, a empresa ingressou com recurso, sobre o qual passo a me manifestar.

De início insta ressaltar que a empresa se revestiu de profissionalismo, experiência, grau de técnica, conhecimento e bom senso no encaminhamento de sua proposta, tanto que saiu vitoriosa no certame, tendo sua proposta selecionada para o fornecimento de Olanzapina, 10 mg, conforme Registro de Preços 74/2017, por doze meses, a diversas Unidades da Pasta. Ora, imprescindível ponderar que a representação comercial foi feita com o conhecimento completo de todas as operações e detalhes de todas as etapas envolvidas e do montante dos contratos a serem firmados, sedimentando o fiel momento de respeito àqueles atos jurídicos, pautados na moralidade, impossibilidade e transparência, leais aos predicados da legalidade e legitimidade que levaram a Administração à celebração dos contratos de fornecimento.

À Administração pública está cometida a obrigação de selecionar preço, qualidade e capacidade na linha de exigir do edital e do interesse público, para que não fique ao sabor da incerteza. Exatamente nesse diapasão está situado o dever da Administração pública de aplicar as sanções previstas na Lei 10.520/2002, haja vista o fato incontroverso de também estarem previstas nos Editais. Permitir ao faltoso manter-se no rol dos fornecedores da Administração significa, em última análise, conceder-lhe benefício, propiciando tratamento desigual àqueles que, em condições de igualdade, participaram do certame.

A mencionada lei assim dispõe:

“Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SicaF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.” (Grifou-se)

Portanto, o diploma legal que deu lastro jurídico às licitações expressamente prevê a hipótese da penalidade em comento. Outro importante ponto a ser destacado é que a legislação, ao estabelecer expressamente a sanção não revela qualquer discricionariedade ao administrador público de aplicar ou não a sanção administrativa quando verificada a infração contratual pelo particular contratado. Trata-se de um dever. A não aplicação da sanção nas hipóteses legais e contratualmente previstas configura um ato que fere a moralidade administrativa e configura desvio de finalidade por parte do administrador público, o qual, por sua vez, estará sujeito a sofrer consequências legais em razão de sua omissão. Apenas para argumentar, a previsão legal acerca da aplicabilidade de sanções também não se restringe somente aos casos de inexecução total ou parcial do contrato, uma vez que o texto legal estende a aplicação das sanções a praticamente todo e qualquer ilícito verificado na execução do contrato e do processo licitatório, bem como para o caso de condenação definitiva em fraude fiscal, por exemplo.

Nota-se, outrossim, a faculdade de cumulação das sanções, ou seja, o contratado pode sofrer, pelo mesmo fato (que implique em descumprimento/inexecução total ou parcial do contrato) a sanção prevista no artigo 7º da Lei 10520/2002, somada à penalidade de multa, conforme previsão contida no mesmo dispositivo.

Ademais, as sanções a que se sujeita o inadimplente – além da previsão legal ora mencionada – também constavam do edital da ARP que, com cristalina evidência, mencionava que a sanção para inadimplemento no caso da prática de quaisquer atos previstos no art. 7º da Lei 10520/2002 seria o impedimento de licitar e contratar, sem prejuízo da aplicação de penalidade pecuniária prevista na normatização competente. Assim, fica prejudicada qualquer pretensão da interessada quanto à substituição por penalidade mais branda, uma vez que existe diploma jurídico específico para o inadimplemento cometido em pregão.

Todas as regras estavam evidenciadas no edital da licitação e na Ata de Registro de Preços subscrita pela recorrente. De tal sorte que, a não entrega, o atraso na entrega, ou ainda, o fornecimento em forma diversa da estabelecida em edital obviamente configuram descumprimento da obrigação assumida perante a Administração, em ofensa aos princípios da legalidade e igualdade. Destarte, fazem parte do risco empresarial os percalços enfrentados pela recorrente, o que não a exime de sua responsabilidade perante a Administração. Enfim, a conduta irresponsável da empresa perante o Poder Público, vale afirmar, perante a coletividade dependente dos medicamentos, tutelada pela Administração, elevando a situação de fragilidade e risco de agravos à saúde dos pacientes, desabonam qualquer revisão ou mitigação de penalidade, tamanha a reprovabilidade de seu comportamento.

Por fim, o prazo proposto para a penalidade atende aos princípios da finalidade e proporcionalidade, sem restrição abusiva ou desnecessária por parte da Administração.

Assim, diante dos elementos que constam dos autos, em especial, das razões de fato e de direito declinadas nos termos da manifestação da servidora responsável pela condução do presente procedimento punitivo, bem como, do teor do Despacho GS 11.952/2018, de fls. 186/189 e, em respeito ao interesse público, com fundamento no disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002, c/c art. 15 da Resolução CEGP-10/2002, decido:

Conheço do recurso interposto, por atender aos requisitos para sua admissibilidade; no mérito, nego-lhe provimento, ficando mantida a decisão que, fundamentada no disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002, c/c art. 15 da Resolução CEGP-10/2002, imputou à empresa Majela Medicamentos Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob número 09.613.374/0001-57, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de 30 (trinta) dias, em razão de descumprimento das condições estipuladas no contrato representados pela Nota de Empenho 2018NE00454, referente à aquisição, pelo Hospital Regional de Assis, de comprimidos de Olanzapina 10 mg, item contemplado na Ata de Registro de Preços 74/2017.

COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS

INSTITUTO ADOLFO LUTZ

Portaria do Diretor Geral – 1, de 1-1-2019

Considerando a Instrução Normativa do INSS – 45 de 06-08-2010 – DOU de 11-08-2010, que, em seu parágrafo 12, artigo 272, determina que o Perfil Profissiográfico Previdenciário “deverá ser assinado por representante legal da empresa, com poderes específicos outorgados por procuração, contendo a indicação dos responsáveis técnicos legalmente habilitados, por período, pelos registros ambientais e resultados de monitoração biológica, observando que esta não necessita, obrigatoriamente, ser junta- da ao processo, podendo ser suprida por apresentação de declaração da empresa informando que o responsável pela assinatura do PPP está autorizado a assinar o respectivo documento”.

O Diretor Técnico de Saúde II resolve:

Artigo 1º - Designar como preposto para assinatura do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, a servidora abaixo relacionada: Glória Regina de Carvalho Rinaldi, RG.: 36.366.918-8, Diretor Técnico de Saúde I, do Núcleo Especializado de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho;

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunicado

Extrato de Sanções – Proc: 001.0701.000.695/2017 – SPDOC: 1960955/2018

À vista do exposto no parecer do servidor responsável pela apuração dos fatos, conforme Despacho do Núcleo de Gestão de Contratos - 1221/2018, de fls. 664, considerando que a empresa deixou de apresentar defesa prévia no prazo legal consolidado, e tendo em vista ainda os elementos contidos no Processo - 001.0701.000.695/2017 - Pregão Eletrônico - 090176.21/2016, promovido para aquisição de kits sorológicos por ata, restou caracterizado o descumprimento das obrigações assumidas por parte da empresa Rem Indústria e Comércio Ltda na entrega do item de Sifaisios: 004212622, referente à Oferta de Compra - 0901760000120160C00027, constante da Nota de Empenho - 2017NE00330, de 23-08-2017 às fls. 315/316 e conforme Contrato - 061/2017, de fls. 339/347. Frente ao exposto, aplico-lhe a penalidade de multa no valor total de R\$ 569,72 pelo atraso na entrega do material, em conformidade com Artigo 7º da Lei Federal - 10.520/2002 c.c Artigo 6º da Resolução S5-92/2016. Ficando desde já franqueada vista aos autos e concedido o prazo legal para recurso de 5 dias úteis, contados a partir da data consignada no Aviso do Recebimento, ou promover no prazo de 30 dias, o recolhimento na conta – Banco do Brasil S/A – Agência 01897-X, Conta Corrente - 100.919-2 (Fundes), preenchendo: Campo 1 - CNPJ do Depositante, Campo 2 - 090050, Campo 3 - Nome ou Razão Social, Campo 4 - Finalidade: multa (- do processo), encaminhando cópia do depósito bancário a este Instituto Adolfo Lutz, sito à Av. Dr. Arnaldo, 355 – Cerqueira César – São Paulo/SP – CEP 01246-902, ou através do endereço eletrônico contratos@ial.sp.gov.br.

Extrato do Termo de Retirratificação ao Contrato

Processo: 001.0701-001.773/2014
Contrato: 018/2015
Modalidade: Pregão Eletrônico - 024/2015
Contratante: Coordenadoria de Controle de Doenças através do Instituto Adolfo Lutz
UGE: 090177
PTRES: 090.016
Contratada: Seg Life Gestão em Segurança Privada - Eirelli.
Objeto: Prorrogação do contrato assinado em 01-04-2015, por mais 15 meses, de 01-01-2019 a 31-03-2020, referente à prestação de serviços de vigilância/segurança patrimonial com efetiva cobertura dos postos designados, no âmbito do Centro de Laboratório Regional de Bauru.
Fundamento Legal: Inciso II, do Artigo 57, da Lei Federal - 8.666/93, e alterações posteriores.
Vigência: 15 meses
Período: 01-01-2019 a 31-03-2020
Data da Assinatura: 28-12-2018
Gestor do Contrato: Simone Tateishi, RG 28.739.219-3, Oficial de Saúde, do Núcleo Técnico Operacional, do Centro de Laboratório Regional de Bauru.

CENTRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

GRUPO DE VIGILÂNCIA IX - FRANCO DA ROCHA

Despacho do Diretor Técnico do GVS IX, de 3-1-2019
Protocolo: 1765931/2018
Despacho: 005/2019
Processo: 0009.001.02.03.009 - processo para apuração de denúncias

Assunto: Auto de Infração - AIF 032128
Interessado: Hospital Estadual de Caieiras
Decisão/Providência: Considerando o disposto na Lei Estadual - 10.083/98;

Considerando o disposto no Ofício DT - 001/2019 - CHJ; Considerando que o equipamento esta com o prazo de registro expirado junto à Anvisa, a empresa fabricante deixou de funcionar e o programa de garantia de qualidade não foi realizado anualmente;

O estabelecimento deverá tomar as providências que atendam à legislação até o dia 04-01-2019. O descumprimento da determinação torna a classificação do risco sanitário elevado.

GRUPO DE VIGILÂNCIA XXX - JALES

Despacho da Diretora, de 3-1-2019
Lavatura do Auto de Infração AIF 007594 de 13-12-2018 Proc. 2073007/2018, Protocolo 2073007/2018 Data: 14-12-2018 - Razão Social: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis - Endereço: Avenida Afonso Cáforo, no. 2630 - Centro/SP, por não dispor de sala específica e adequada para a manipulação e uso do produto Glutaraldeído no E.A.S.

Deferimento de Defesa apresentada, Protocolo no. 2160729/2018, data: 27-12-2018, referente Auto de Infração AIF 007594 de 13-12-2018 Proc. 2073007/2018, Protocolo 2073007/2018 Data: 14-12-2018 - Razão Social: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis - Endereço: Avenida Afonso Cáforo, no. 2630 - Centro/SP, por não dispor de sala específica e adequada para a manipulação e uso do produto Glutaraldeído no E.A.S.

Lavatura do Auto de Infração AIF 007613 de 13-12-2018 Proc. 2074115/2018, Protocolo 2074115/2018 Data: 14-12-2018 - Razão Social: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis - Endereço: Avenida Afonso Cáforo, no. 2630 - Centro/SP, por não dispor de Alvará de Corpo de Bombeiro, com data vigente e as medidas de instalações prediais de proteção e combate a incêndio.

Deferimento de Defesa apresentada, Protocolo no. 2159887/2018, data: 27-12-2018, referente Auto de Infração AIF 007613 de 13-12-2018 Proc. 2074115/2018, Protocolo 2074115/2018 Data: 14-12-2018 - Razão Social: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis - Endereço: Avenida Afonso Cáforo, no. 2630 - Centro/SP, por não dispor de Alvará de Corpo de Bombeiro, com data vigente e as medidas de instalações prediais de proteção e combate a incêndio.

GRUPO DE VIGILÂNCIA XXXIII - TAUBATÉ

Despacho do Diretor, de 3-1-2019
01. Comunicado de deferimento referente à: alteração de dados cadastrais – alteração de responsabilidade legal Protocolo: Sisrad 174845 Data de Protocolo: 23-10-2018. CEVS: 355480590-861-000008-1-7. Razão Social: P M da Est. Tur. Tremembé – PA Mun. Paulo Barbosa Rangel CNPJ/CPF: 046.638.714/0001-20 Endereço: Av. Audra, 316 Centro Município: Tremembé CEP: 12120-000 UF: SP Resp. Legal: Fabrício Grasnle Galvão Velasco CPF: 260.100.908-06. O Diretor do Grupo de Vigilância Sanitária XXXIII - Taubaté defere, em 19-12-2018, a assunção de Responsabilidade Legal de Fabrício Grasnle Galvão Velasco CPF: 260.100.908-06 pela unidade de pronto atendimento.

02. Comunicado de deferimento referente à: alteração de dados cadastrais – baixa de responsabilidade técnica Protocolo: 174845 Sisrad Data de Protocolo: 23-10-2018. CEVS: 355480590-861-000008-1-7. Razão Social: P M da Est. Tur. Tremembé – PA Mun. Paulo Barbosa Rangel CNPJ/CPF: 046.638.714/0001-20 Endereço: Av. Audra, 316 Centro Município: Tremembé CEP: 12120-000 UF: SP Resp. Legal: Fabrício Grasnle Galvão Velasco CPF: 260.100.908-06 Resp. Técnico: Mariana Andrade Pereira CPF: 304.941.448-07 Conselho Prof.: CRF Inscr.: 36523 UF: SP. O Diretor do Grupo de Vigilância Sanitária XXXIII - Taubaté defere, em 19-12-2018, a baixa de Responsabilidade Técnica de Mariana Andrade Pereira CPF: 304.941.448-07 Conselho Prof.: CRF Inscr.: 36523 UF: SP pelo dispensário de medicamentos da unidade de pronto atendimento.

03. Comunicado de deferimento referente à: alteração de dados cadastrais – assunção de responsabilidade técnica Protocolo: 174845 Data de Protocolo: 23-10-2018. CEVS: 355480590-861-000008-1-7. Razão Social: P M da Est. Tur. Tremembé – PA Mun. Paulo Barbosa Rangel CNPJ/CPF: 046.638.714/0001-20 Endereço: Av. Audra, 316 Centro Município: Tremembé CEP: 12120-000 UF: SP Resp. Legal: Fabrício Grasnle Galvão Velasco CPF: 260.100.908-06. Resp. Técnico: Raniéri Turci Polinho CPF: 215.532.508-85 Conselho Prof.: CRF Inscr.: 54215 UF: SP O Diretor do Grupo de Vigilância Sanitária XXXIII - Taubaté defere, em 19-12-2018, a assunção de Responsabilidade Técnica de Raniéri Turci Polinho CPF: 215.532.508-85 Conselho Prof.: CRF Inscr.: 54215 UF: SP pelo dispensário de medicamentos da unidade de pronto atendimento.

COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Termo de Retirratificação ao Contrato de Gestão
Termo de Retirratificação ao Contrato de Gestão: 01/19
Processo: 2079120/2018

Contratante: Secretária de Estado da Saúde
Contratada: Fundação do ABC
CNPJ: 57.571.275/0001-00

Do Objeto: O presente Termo de Retirratificação tem por objeto alterações de cláusulas do Contrato de Gestão celebrado em 19-11-2014, bem como a operacionalização da gestão e execução, pela Contratada, das atividades e serviços de saúde, no Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, no período de janeiro a outubro de 2019, em conformidade com os Anexos Técnicos que integram este instrumento:

- a. Anexo Técnico I – Descrição de Serviços;
- b. Anexo Técnico II – Sistema de Pagamento;
- c. Anexo Técnico III – Indicadores de Qualidade.

Volume das Atividades Contratadas:
Internações Hospitalares (paciente-dia): 44.680/jan - out
Atendimento Ambulatorial (Especialidades Médicas): 13.530 consultas/jan - out
Atendimento Ambulatorial (Especialidades não Médicas): 15.900 consultas/jan – out
Valor: R\$ 43.010.000,00, sendo que a transferência será efetivada em 10 parcelas mensais (janeiro a outubro) e que onerará a UGE: 090192
Atividade: 10 302 0930 4852 0000
Natureza da Despesa: 33 90 39
Fonte de Recursos: Fundo Estadual de Saúde – Lei: 141/12
Data de Assinatura: 28-12-2018
Vigência: O prazo de vigência do presente Termo de Retirratificação vigorará a partir de 01-01-2019 a 31-10-2019.

Termo de Retirratificação ao Convênio
Termo de Retirratificação ao Convênio: 01/19
Processo: 2065152/2018
Conveniente: Secretária de Estado da Saúde
Conveniada: Sociedade Beneficente São Camilo
CNPJ: 60.975.737/0072-45

Do Objeto: O presente Termo de Retirratificação tem por objeto ajuste de metas assistenciais, indicadores de qualidade, repasse de recursos financeiros provenientes do Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde e recursos financeiros de Custeio provenientes do Fundo Estadual de Saúde, para o período de janeiro a junho de 2019, para o Hospital Regional do Vale do Paraíba.

Volume das Atividades Contratadas:
Saídas Hospitalares em Clínica Médica: 1.080/jan. – jun.
Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica: 4.254/jan. – jun.
HD e Cirurgias Ambulatoriais: 2.700/jan. - jun

Atendimento Ambulatorial (Especialidades Médicas): 46.680 consultas/jan. – jun.
Atendimento Ambulatorial (Especialidades não Médicas): 6.420 consultas/jan. - jun.

Atendimento a Urgências: 6.900/jan. – jun.
SADT Externo: 8.160 exames/jan. – jun.

Ambulatório de Doenças Renais
Atendimento Ambulatorial (Especialidades Médicas): 3.066 consultas/jan. – jun.

Atendimento Ambulatorial (Especialidades não Médicas): 4.224 consultas/jan. – jun.

Valor: R\$ 33.968.700,00, sendo que a transferência será efetivada em 6 (seis) parcelas nos meses de janeiro a junho/2019 e que onerará a:

UGE: 090192
Atividade: 10 302 0930 4852 0000
Natureza da Despesa: 33 50 43

Fonte de Recursos: Fundo Estadual de Saúde – Lei: 141/12
Data de Assinatura: 28-12-2018
Vigência: O prazo de vigência do presente Termo de Retirratificação vigorará a partir de 01-01-2019 a 30-06-2019.

Termo de Retirratificação ao Convênio
Termo de Retirratificação ao Convênio: 01/19
Processo: 2079208/2018

Conveniente: Secretária de Estado da Saúde
Conveniada: Universidade Estadual de Campinas Unicamp com intervenção da Fundação da Área da Saúde de Campinas - Faspamp
CNPJ Unicamp: 46.068.425/0001-33
CNPJ Faspamp: 17.893.567/0001-37

Do Objeto: O presente Termo de Retirratificação tem por objeto alterações de cláusulas do Convênio celebrado em 24-11-2017, bem como a operacionalização da gestão e execução, pela Conveniada, das atividades e serviços de saúde, no Hospital Regional de Piracicaba, no exercício de 2019, em conformidade com os Anexos Técnicos que integram este instrumento:

- a. Anexo Técnico I – Descrição de Serviços;
- b. Anexo Técnico II – Sistema de Pagamento;
- c. Anexo Técnico III – Indicadores de Qualidade.

Volume das Atividades Contratadas:
Saídas Hospitalares em Clínica Médica, Obstétrica, Pediátrica e Psiquiátrica: 1.572/ano

Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica: 1.860/ano
HD e Cirurgias Ambulatoriais: 1.764/ano
Atendimento Ambulatorial (Especialidades Médicas): 22.692 consultas/ano

Atendimento Ambulatorial (Especialidades não Médicas): 960 consultas/ano

Atendimento a Urgências: 360/ano
SADT Externo: 16.680 exames/ano
Valor: R\$ 45.988.738,00, sendo que a transferência será efetivada em 12 parcelas mensais e que onerará a:

UGE: 090192
Atividade: 10 302 0930 4852 0000

Natureza da Despesa: 33 50 43
Fonte de Recursos: Fundo Estadual de Saúde – Lei: 141/12
Data de Assinatura: 28-12-2018

Vigência: O prazo de vigência do presente Termo de Retirratificação vigorará a partir de 01-01-2019 a 31-12-2019.

Termo de Retirratificação ao Contrato de Gestão
Termo de Retirratificação ao Contrato de Gestão: 01/19
Processo: 2079180/2018

Contratante: Secretária de Estado da Saúde
Contratada: Instituto Sócrates Guanaes - ISG
CNPJ: 03.969.808/0001-70

Do Objeto: O presente Termo de Retirratificação tem por objeto alterações de cláusulas do Contrato de Gestão celebrado em 11-12-2017, bem como a operacionalização da gestão e execução, pela Contratada, das atividades e serviços de saúde, no Hospital Regional de São José dos Campos, no exercício de 2019, em conformidade com os Anexos Técnicos que integram este instrumento:

- a. Anexo Técnico I – Descrição de Serviços;
- b. Anexo Técnico II – Sistema de Pagamento;
- c. Anexo Técnico III – Indicadores de Qualidade.

Volume das Atividades Contratadas:
Saídas Hospitalares em Clínica Médica, Obstétrica, Pediátrica e Psiquiátrica: 1.896/ano

Saídas Cirúrgicas (Eletivas/Urgências): 4.584/ano
HD Cirúrgico: 3.552/ano
Atendimento Ambulatorial (Primeiras Consultas): 16.956 consultas/ano

Atendimento Especialidades Médicas – Interconsultas/Consultas Subsequentes: 40.716/ano
Atendimento Ambulatorial (Especialidades não Médicas): 52.536 consultas/ano

Atendimento a Urgências: 6.900/ano
SADT Externo: 1.728 exames/ano
Valor: R\$ 98.880.000,00, sendo que a transferência será efetivada em 12 parcelas mensais e que onerará a:

UGE: 090192
Atividade: 10 302 0930 4852 0000

Natureza da Despesa: 33 90 39
Fonte de Recursos: Fundo Estadual de Saúde – Lei: 141/12
Data de Assinatura: 28-12-2018

Vigência: O prazo de vigência do presente Termo de Retirratificação vigorará a partir de 01-01-2